



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

II PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
(Edital nº 1, 1º de março de 2016)

ANEXO IV
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O processo seletivo abordará o conteúdo programático abaixo:

ADMINISTRAÇÃO

Língua Portuguesa: Interpretação de texto; Textualidade e estilo; Norma culta e variantes; Coesão e coerência; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Fonética e fonologia: ortografia; acentuação gráfica; crase; Morfologia: classes de palavras e suas flexões; Sintaxe: pontuação; regência verbal e nominal; Colocação pronominal; Correspondência administrativa: declaração, requerimento, memorando, ofício, portaria, relatório, ata e demais tipos de comunicação administrativa.

Conhecimentos Específicos:

1. Noções de Administração: 1.1 Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização; 1.2 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. 1.3 Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta; agências executivas e reguladoras.
2. Organização de Sistemas e Métodos: 2.1. Instrumentos de Levantamento de Informações: Entrevista, Questionário e Observação Pessoal; 2.2. Análise de Rotinas: Fluxogramas; 2.3. Formulação e Análise Estrutural e Organograma.
3. Planejamento Estratégico.
4. Noções de processos licitatórios (lei 8.666/93 – Capítulos: I- Disposições Gerais, II – Da Licitação, III – Dos Contratos)
5. Gestão de contratos.
6. Noções do regime jurídico dos servidores públicos civis da união (lei 8.112/90 – Títulos: I – Disposições Preliminares, II – Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição, III – Dos Direitos e Vantagens)
7. Administração Pública: 7.1. Princípios da Administração Pública; 7.2. Orçamento Aplicado ao Setor Público: Objetivos do Orçamento Público; 7.3. Tipos de Orçamento Público;
8. Noções de gestão de pessoas nas organizações: 8.1 Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização; 8.2 A função do órgão de Gestão de Pessoas: atribuições básicas e objetivos, políticas e sistemas de informações gerenciais; 8.3 Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho; 8.4 Competência interpessoal; 8.5 Gerenciamento de conflitos; 8.6 Clima e cultura organizacional; 8.7 Recrutamento e Seleção: técnicas e processo decisório; 8.8 Avaliação de Desempenho: objetivos, métodos, vantagens e desvantagens; 8.9 Desenvolvimento e treinamento de pessoal: levantamento de necessidades, programação, execução e avaliação; 8.10 Gestão por competências.
9. Noções administração de recursos materiais.

DIREITO



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

II PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
(Edital nº 1, 1º de março de 2016)

I. DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1. Jurisdição e ação.
2. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Relação jurídica processual.
3. Partes e procuradores. Capacidade processual. Substituição das partes e dos procuradores. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.
4. Competência: classificação e efeitos da incompetência.
5. Condições da ação.
6. Formação do processo. Extinção do processo com e sem julgamento do mérito.
7. Processo de conhecimento.
8. Mandado de segurança.
9. Recursos: teoria geral e espécies.
10. Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85).

II. DIREITO PENAL:

1. Aplicação da lei penal.
2. Teoria do crime.
3. Teoria da pena.
4. Concurso de pessoas.
5. Extinção da punibilidade.
6. Crimes contra a pessoa.
7. Crimes contra o patrimônio.
8. Crimes contra a fé pública.
9. Crimes contra a administração pública.
10. Noções dos crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo.
11. Noções dos crimes ligados ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes e crimes contra o meio ambiente.

III. DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Inquérito policial.
2. Ação penal.
3. Competência. Competência da Justiça Federal.
4. Questões e processos incidentes.
5. Prisão e liberdade provisória. Prisão temporária.
6. Processos em espécie: processo comum.
7. Nulidades.
8. Recursos.
9. Disposições gerais do Código de Processo Penal.
10. Juizados Especiais Criminais Federais.

IV. DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição: conceito, objeto e elementos. Princípios constitucionais.
2. Dos Princípios Fundamentais.
3. Direitos e garantias fundamentais.
4. Da Organização do Estado.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

II PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
(Edital nº 1, 1º de março de 2016)

5. Da Organização dos Poderes.
6. Ministério Público.
7. Da Tributação e do Orçamento: dos Princípios Gerais.
8. Da Ordem Econômica e Financeira: dos Princípios Gerais da Atividade Econômica.

V. DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Administração pública: princípios gerais e pessoas jurídicas que a realizam e Administração pública no regime federativo. Critérios de distribuição de atribuições. Sistema no direito brasileiro: atribuições administrativas da União e dos Estados.
2. Administração pública indireta. Pessoas jurídicas de direito público: autarquias e seu regime jurídico. Pessoas jurídicas de direito privado: empresas públicas, sociedades de economia mista e regime jurídico. Fundações instituídas pelo poder público.
3. Organização administrativa. Órgãos administrativos. Conceito e classificação. Estrutura e atividade. Competência dos órgãos: quanto à matéria, quanto ao território e quanto ao grau.
4. Hierarquia, centralização, descentralização e desconcentração.
5. Agentes públicos. Cargo público: conceito e espécies; criação e extinção; provimento; nomeação; promoção; acesso; transferência; reintegração; aproveitamento; reversão e remoção. Processo disciplinar. Responsabilidade.
6. Poderes da administração e Imposição de normas (poder de polícia). Polícia geral e polícias especiais. Polícia preventiva e polícia repressiva.
7. Atos jurídicos no campo da administração pública, Atos administrativos: conceito, características, elementos, espécies, revogação e invalidação.
8. Aquisição de bens pela administração pública. Desapropriação: fundamentos.
9. Responsabilidade civil do Estado. Da irresponsabilidade à responsabilidade objetiva. A responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Exceções à regra da responsabilidade civil do Estado. Ação de reparação do dano. Execução da Sentença. Ação regressiva.
10. Controle da administração pública. Controle interno. Controle externo. Controle pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.

VI. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Lei n.º 8.429/92):

1. Das Disposições Gerais.
2. Dos Atos de Improbidade Administrativa.
3. Das Penas.
4. Da Declaração de Bens.
5. Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial.
6. Das Disposições Penais.
7. Da Prescrição.

VII. DIREITO CIVIL:

1. Da posse.
2. Da propriedade.
3. Da Responsabilidade civil.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

II PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
(Edital nº 1, 1º de março de 2016)

VIII. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DO CIDADÃO:

1. Dos povos indígenas.
2. Do direito à saúde.
3. Do direito à educação.
4. Da inclusão para pessoas com deficiência.

IX. DIREITO ELEITORAL:

1. CF/88 : Da Nacionalidade e dos Direitos Políticos.
2. CF/88 : Da Organização e Competência da Justiça Eleitoral.
3. Código Eleitoral: Dos órgãos Eleitorais. Competência.
4. Código Eleitoral: Recursos em Matéria Eleitoral.
5. Código Eleitoral: Disposições Penais.
6. Lei 9.504/97: Da Captação Irregular de Sufrágio.
7. Lei 9.504/97: Condutas vedadas a Agentes Públicos.
8. Lei 9.504/97: Noções sobre Propaganda Eleitoral.
9. Partidos Políticos. Regramento Constitucional. Lei 9.096/95. Disposições Preliminares. Das Finanças e Contabilidade dos Partidos. Do acesso gratuito ao rádio e televisão.
10. Noções sobre Lei Complementar nº 64/90.

X. DIREITO AMBIENTAL:

1. Direito Ambiental (Lei n.º 9.605/98; Lei nº 6.938/81; e Lei nº 4.771/65).

XII. DIREITO ECONÔMICO E DO CONSUMIDOR:

1. Direito do Consumidor (Lei nº 8.078/90) .